



DADOS DO REQUERENTE

Razão Social	
Inscrição do ISS	CNPJ
Nome do Representante Legal	CPF
Endereço para correspondência	CEP
Email (preenchimento obrigatório e em letra de forma)	Telefone(s) de contato

REQUERIMENTO

O requerente acima identificado, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, vem requerer o reconhecimento da imunidade tributária, relacionada ao(s) IPTU por se tratar de instituição que possui a finalidade adiante especificada:

Finalidade essencial da Instituição:

Templo Religioso ☐

Partido Político ☐

Órgão Público ☐

Sindicato dos Trabalhadores ☐

Instituição de Assistência Social e Instituição de Educação ☐

Identificar o(s) imóvel(is), na forma abaixo:

Inscrição do IPTU	Endereço do imóvel	CEP
Inscrição do IPTU	Endereço do imóvel	CEP
Inscrição do IPTU	Endereço do imóvel	CEP
Inscrição do IPTU	Endereço do imóvel	CEP

Declaro, nesta oportunidade, estar ciente de que o reconhecimento da imunidade requerida dependerá do preenchimento dos requisitos legais, bem como da apresentação da documentação necessária, e que a ausência de qualquer um dos referidos documentos poderá inviabilizar a análise do pedido ora formulado com o consequente ARQUIVAMENTO do processo.

São Gonçalo do Amarante-CE, _____ de _____ de _____

Assinatura do representante legal (Igual ao documento de identificação)

OBSERVAÇÃO: HAVENDO DEFERIMENTO DO PEDIDO E CONSTATADO POSTERIORMENTE O DESCUMPRIMENTO DE QUAISQUER REQUISITOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO, A IMUNIDADE SERÁ SUSPESA (ART. 10, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 06/2013 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO).

Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante – Estado do Ceará
Rua Edite Mota, nº 148 – CEP: 62.670-000, São Gonçalo do Amarante – CE
E-mail: atendimento.sefin@pmsga.ce.gov.br

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	
TEMPLO RELIGIOSO <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Estatuto Social registrado e suas alterações; <input type="checkbox"/> Ata da eleição da diretoria atual; <input type="checkbox"/> Documento oficial de identificação com foto do representante legal (RG, habilitação, passaporte e identidade profissional.) e comprovante de inscrição no CPF do representante legal da Instituição; <input type="checkbox"/> Comprovante de inscrição no CNPJ; <input type="checkbox"/> Documento de propriedade do imóvel atualizado, exceto para fins de ISS. 	PARTIDO POLITICO <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Ato Constitutivo (estatuto), devidamente registrado; <input type="checkbox"/> Ata da eleição da diretoria atual; <input type="checkbox"/> Documento oficial de identificação com foto do representante legal (RG, habilitação, passaporte e identidade profissional) e comprovante de inscrição no CPF do representante legal; <input type="checkbox"/> Comprovante de inscrição no CNPJ; <input type="checkbox"/> Demonstrações contábeis dos últimos 03 (três) exercícios; <input type="checkbox"/> Declaração de que cumpre o art. 14 do Código Tributário Nacional; <input type="checkbox"/> Prova de registro do partido político na justiça eleitoral; <input type="checkbox"/> Documento de propriedade do imóvel atualizado, exceto para fins de ISS.
INSTITUIÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Estatuto Social registrado e suas alterações; <input type="checkbox"/> Ata da eleição da diretoria atual; <input type="checkbox"/> Documento oficial de identificação com foto do representante legal (RG, habilitação, passaporte e identidade profissional) e comprovante de inscrição no CPF do representante legal da Instituição; <input type="checkbox"/> Comprovante de inscrição no CNPJ; <input type="checkbox"/> Demonstrações contábeis dos últimos 03 (três) exercícios; <input type="checkbox"/> Declaração de que cumpre o art. 14 do Código Tributário Nacional; <input type="checkbox"/> Comprovante de registro no Conselho Municipal/ Estadual/Federal de Assistência Social ou de Educação, conforme o caso; <input type="checkbox"/> Documento de propriedade do imóvel atualizado, exceto para fins de ISS. 	SINDICATO DE TRABALHADORES <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Estatuto Social registrado e suas alterações; <input type="checkbox"/> Ata da eleição da diretoria atual; <input type="checkbox"/> Documento oficial de identificação com foto do representante legal (RG, habilitação, passaporte, identidade profissional) e comprovante de inscrição no CPF do representante legal; <input type="checkbox"/> Comprovante de inscrição no CNPJ; <input type="checkbox"/> Demonstrações contábeis dos últimos 03 (três) exercícios; <input type="checkbox"/> Declaração de que cumpre o art. 14 do Código Tributário Nacional; <input type="checkbox"/> Comprovante de registro no órgão competente (Ministério do Trabalho e emprego); <input type="checkbox"/> Documento de propriedade do imóvel atualizado, exceto para fins de ISS.
ÓRGÃO PÚBLICO (IMUNIDADE RECÍPROCA) <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Lei responsável pela criação/autorização do órgão público requerente; <input type="checkbox"/> Ato de eleição/nomeação do representante legal; <input type="checkbox"/> Documento oficial de identificação com foto do representante legal (RG, habilitação, passaporte e identidade profissional) e comprovante de inscrição no CPF do representante legal do Órgão Público; <input type="checkbox"/> Comprovante de inscrição no CNPJ; <input type="checkbox"/> Documento de propriedade do imóvel atualizado, exceto para fins de ISS. 	IMPORTANTE: <p>Para pedido de reconhecimento de imunidade de IPTU, acrescentar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Boleto do IPTU <input type="checkbox"/> Fotografia(s) do imóvel e suas instalações.
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES: <ol style="list-style-type: none"> 1. Os requerimentos assinados por terceiros deverão ser acompanhados de PROCURAÇÃO e cópias de RG e CPF do procurador; 2. Os documentos relacionados podem ser entregues em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais e autenticadas por servidor da Secretaria Municipal de Finanças, ou cópias autenticadas na ausência dos originais; 3. Caso necessário, poderá a autoridade responsável pela análise da solicitação exigir outros documentos para complementar a instrução do processo. 4. A ausência de qualquer um dos documentos solicitados poderá inviabilizar a análise do pedido com o seu consequente arquivamento. 	
Fundamentação legal: Art. 150, inciso VI, da Constituição Federal e art. 9º da Lei Complementar nº 06/2013 (CTM)	
<p style="text-align: center;">Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante – Estado do Ceará Rua Edite Mota, nº 148 – CEP: 62.670-000, São Gonçalo do Amarante – CE E-mail: atendimento.sefin@pmsga.ce.gov.br</p>	